

ATA DA OCTOGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 18-9-2019.

---

Aos dezoito dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoní Medina, Cassio Trogildo, Cláudia Araújo, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, José Freitas, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Paulo Brum, Ramalho Santos e Reginaldo Pujol. Constatada a existência de quórum, a Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença André Carús, Cassiá Carpes, Cláudio Conceição, Dr. Goulart, Engº Comassetto, Idenir Cecchim, João Bosco Vaz, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Ricardo Gomes, Roberto Robaina e Valter Nagelstein. Foi apregoado o Ofício nº 874/19, do Prefeito, encaminhando Mensagem Retificativa ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 010/19 (Processo nº 0364/19). Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Aldacir Oliboni, Moisés Barboza e Airto Ferronato. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Mônica Leal, solicitando dispensa da leitura da denúncia contra o Prefeito apresentada por Copinaré Acosta (Processo nº 0462/19). Foi rejeitado o recebimento de denúncia contra o Prefeito apresentada por Copinaré Acosta (Processo nº 0462/19), por vinte e três votos NÃO e seis ABSTENÇÕES, em votação nominal solicitada por Mônica Leal, tendo votado Não Airto Ferronato, Alvoní Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Ramalho Santos, Reginaldo Pujol e Ricardo Gomes e optado pela Abstenção Aldacir Oliboni, Engº Comassetto, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Roberto Robaina, Cláudia Araújo, Prof. Alex Fraga, André Carús, Ricardo Gomes, Felipe Camozzato, Valter Nagelstein, Mauro Pinheiro e Cassio Trogildo. Em TEMPO DE PRESIDENTE, pronunciou-se Mônica Leal. Em TEMPO ESPECIAL, pronunciou-se Mauro Zacher, nos termos do artigo 94, § 1º, alínea “g”, do Regimento. Às quinze horas e cinquenta e dois minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei do Executivo nº 005/19 (Processo nº 0221/19), por vinte e oito votos SIM e sete votos NÃO, em votação nominal solicitada por Mônica Leal, tendo votado Sim Airto Ferronato, Alvoní Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Mauro

Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Professor Wambert, Ramalho Santos, Reginaldo Pujol e Valter Nagelstein e Não Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Engº Comassetto, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Cláudio Conceição, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Em Discussão Geral e Votação Nominal, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 004/19 (Processo nº 0004/19), por trinta e dois votos SIM, após ser encaminhado à votação por Prof. Alex Fraga e Adeli Sell, tendo votado Adeli Sell, Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Karen Santos, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Ramalho Santos, Reginaldo Pujol e Valter Nagelstein. Foi apregoada a Emenda nº 01, assinada por Alvoni Medina, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 186/18 (Processo nº 1401/18). Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo nº 186/18 (Processo nº 1401/18), após ser encaminhado à votação por Alvoni Medina e Reginaldo Pujol. Foi aprovada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 186/18. Foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 186/18. Foi apregoada a Emenda nº 01, assinada por Cassio Trogildo, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 288/15 (Processo nº 2887/15). Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo nº 288/15 (Processo nº 2887/15), após ser discutido por Cassio Trogildo, em tempo próprio e em tempo cedido por Professor Wambert. Foi aprovada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 288/15. Foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 288/15, por vinte e sete votos SIM, em votação nominal solicitada por Prof. Alex Fraga, tendo votado Adeli Sell, Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Ramalho Santos, Reginaldo Pujol e Valter Nagelstein. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Mônica Leal, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 110/19 (Processo nº 0436/19). Durante a sessão, Roberto Robaina, Engº Comassetto, Mendes Ribeiro, Valter Nagelstein, André Carús e Mauro Pinheiro manifestaram-se acerca de assuntos diversos. Também, foram registradas as presenças de estudantes e da professora Luana Borges, da Escola Integrar, que participam do Projeto de Educação Política desenvolvido pela Seção de Memorial deste Legislativo. Às dezesseis horas e vinte e três minutos, constatada a inexistência de quórum, em verificação solicitada por Professor Wambert, a Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Alvoni

Medina, Mônica Leal e Reginaldo Pujol e secretariados por Alvoni Medina. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pela Presidente.

---

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Tendo em vista o pedido de *impeachment* formulado pelo Sr. Copinaré Acosta, que já foi distribuído anteriormente às Sras. Vereadoras e aos Srs. Vereadores, consulto se alguém vai usar a liderança para tratar deste assunto. (Pausa.)

O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** Saúdo nossa Presidenta, Ver.<sup>a</sup> Mônica, colegas vereadores e vereadoras, público que acompanha a nossa sessão nesta tarde de quarta-feira, sejam bem-vindos. Em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores: Ver. Adeli Sell, Ver. Sgarbossa, Ver. Comassetto e este vereador, queremos fazer aqui a nossa manifestação com relação à decisão do Supremo Tribunal Federal em extinguir o Programa de Saúde da Família em Porto Alegre, mais precisamente o IMESF. São mais de 1.800 trabalhadores que ontem, num fator surpresa, recebem a informação do governo municipal de que poderão receber, num prazo de 30 dias, o aviso prévio, ou seja, seriam demitidos, na medida em que o Supremo toma uma decisão de, segundo o prefeito, extinção do IMESF, mas é preciso fazer alguns esclarecimentos.

Lá em 2011, quando o governo municipal da época encaminha para esta Casa um projeto de lei constituindo o IMESF, a bancada do Partido dos Trabalhadores, inclusive naquela ocasião, tinha uma posição muito clara e precisa com relação a isso. Por que isso? Porque vinha de alguns fatos importantes na cidade de Porto Alegre e na Grande Porto Alegre, de algumas instituições, mais organizações sociais, que, além de estarem irregulares ou serem inconstitucionais, o fato da constituição delas apresentarem o calote aqui em Porto Alegre e em outros municípios do interior. Para nós, não havia possibilidade de apoiar naquele momento a constituição do IMESF. Apresentamos o substitutivo, a diferença era que, no nosso substitutivo, era regime estatutário, portanto, poderia, então, o governo ter criado, naquela ocasião, uma autarquia de caráter público e possibilitar a continuidade tranquila desse processo da continuidade do programa. O governo não quis isso. As entidades, algumas delas, por sua vez, encaminharam recurso mostrando claramente não só a inconstitucionalidade, mas também que, em inúmeros municípios do Brasil afora, não estava acontecendo a contento, pelo contrário, se utilizavam desse serviço para ter lucro, para poder burlar, para poder ganhar muito recurso, dinheiro às custas do dinheiro público. E não foi por acaso que muitas instituições, além de serem condenadas a devolver recurso, com os próprios gestores presos, por isso a nossa posição clara e precisa naquela ocasião. Agora estamos vivendo uma dura realidade em que o governo diz que vai priorizar, sim, a saúde, mas, num outro formato, numa outra forma, isto é, instituindo as clínicas de família e descentralizando o atendimento, como já vinha anunciando há alguns meses em Porto Alegre, na região norte, na região sul, onde ia fechar algumas unidades de

saúde, e concentrar em um local só com as clínicas de saúde. Isso já é uma forma não só de terceirização, mas de entrega do atendimento público para o privado, no intuito de poder fragilizar o atendimento, o que nós não podemos aceitar nessa lógica da privatização. Portanto, cabe agora à Câmara de Vereadores – e ela tem feito, hoje pela manhã recebeu as lideranças sindicais – reforçar para que todos participem da reunião, da audiência pública promovida pela COSMAM e pela Frente Parlamentar em Defesa da Estratégia da Saúde da Família para, na segunda-feira, quando o governo estará aqui e pontualmente vai dar a sua versão, como também vai explicar a sua proposta para continuidade ou não desse atendimento. Creio que cabe aqui a enorme responsabilidade de todos nós de podermos perceber que esses trabalhadores, ao longo de uma década, eu diria, construíram um atendimento, um sistema que deu certo e que é muito valorizado pela população, a qual não quer que termine. O que vai mudar agora, possivelmente, para um outro formato, mas nós queremos que esses trabalhadores sejam aproveitados automaticamente para esse novo sistema.

Por isso queremos aqui nos manifestar, enquanto bancada do PT, porque é fundamental o programa não...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o final do seu pronunciamento.)

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** ...Obrigado, nobre Presidente. Nós temos uma tarefa muito importante, o diálogo, a compreensão e o entendimento de que esses trabalhadores já fizeram, ali atrás, um processo seletivo. Portanto, quando houve a extinção da Sollus, por problemas que eu acabei de falar aqui, de desvio de recursos, e que foi instituído o IMESF, foi feita uma transição tranquila e esses trabalhadores foram valorizados. Não é diferente. Agora, é diferente, sim, quando o governo toma uma posição clara de uma instituição pública de caráter público, como nós defendíamos naquela ocasião a defesa de uma autarquia e o regime estatutário. Não foi possível, o governo não aceitou, perdemos a disputa? Perdemos, mas agora os senhores viram o que aconteceu. Não foi por falta de aviso. Portanto, juntos, de novo, teremos que construir uma saída salutar para defender os trabalhadores, as famílias e os cidadãos de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB):** Boa tarde, Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal, presidindo os trabalhos; colegas; porto-alegrenses presentes no legislativo; pessoal que acompanha pela TVCâmara. Na realidade, eu ouvi atentamente o que o nosso colega falou sobre o caso do IMESF. A maior parte dos vereadores se manifestou ontem

através das suas redes sociais, e eu volto aqui para fazer uma consideração importante ao porto-alegrense que está na ponta, que foi atingido ontem na atenção básica de saúde. E quero fazer algumas considerações porque todas as vezes em que eu vejo algumas táticas políticas antigas na periferia, principalmente, onde as pessoas mais sofridas não têm acesso a todas as informações que nós temos a oportunidade de ter, eu vi alguns movimentos, velhos, arcaicos que nós consideramos populistas, alguns movimentos de uma politicagem eleitoreira. E eu faço aqui, neste momento, um pedido para que as pessoas, antes de saírem comprando a ideia de que o prefeito Marchezan mandou fechar os postos, que o prefeito Marchezan extinguiu o IMESF, como a gente ouviu em alguns lugares, isso não é verdade. E é bom que se pontue claramente, houve um processo em que o STF considerou a lei que criou o IMESF, cuja criação várias senhoras e senhores apoiaram anos atrás, como mecanismo de atendimento da saúde em Porto Alegre. E que recentemente, neste ano inclusive, Ver. Oliboni, esta Casa votou a favor na sua totalidade, 34 vereadores, alguns itens para ajudar o trabalho do IMESF. Eu tenho amigos valorosos no IMESF, quase 2.000 trabalhadores dedicados à saúde que ontem alguns foram, em parte, mobilizados de uma maneira equivocada. Então, é bom pontuar, é bom também deixar claro que o que provocou a decisão do STF foi uma ação que foi apresentada pelos sindicatos, pelo Simpa, pela CUT, pelo CPERS. Então, a autoria do processo que provocou a extinção... e acho engraçado alguns irem à rede social dizerem que “Ah, eu tinha alertado de que era inconstitucional”.

Aí, fui olhar e, na sua criação, votaram a favor. Agora, parece, muda o cenário, muda o discurso. Nós temos que pontuar, para que injustiças não aconteçam. O Prefeito e o Secretário da Saúde apresentaram, ontem, numa coletiva de imprensa à população, muito preocupados que, para que tenhamos o serviço continuado, para esses servidores – inclusive, alguns desavisadamente ou mobilizados que fecharam as unidades - que vai ter um período, um aviso prévio, uma contratação emergencial, inclusive, atendendo a maioria, acolhendo a maioria desses servidores.

Então, é importante pontuar, porque uma mentira, contada muitas vezes, se torna uma verdade. Para que fique claro: não foi o prefeito Marchezan, não foi a administração, mas é, sim, um processo judicial, pelo qual o STF, no seu último recurso, entendeu que tinha que extinguir a lei que criou o IMESF. Os autores desse projeto que, agora, deixam quase 2 mil servidores nessa situação são esses sindicatos que nomeiei aqui e que entenderam que era a maneira correta de fazer. Eis os autores da ação: CPERS, Simpa, CUT. Isso para deixar claro aqui, pois não foi o Prefeito Marchezan, nem o prefeito anterior; eles, inclusive, entraram com recursos para que o IMESF continuasse a fazer o seu belíssimo trabalho. Obrigado Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Consulto os senhores vereadores sobre o interesse de utilizar a tribuna para falar sobre o pedido de *impeachment* que, por lei, obrigatoriamente, é a primeira matéria. Como não aconteceu isso, nós vamos privilegiar, agora, somente as Comunicações de Líder que vão tratar dessa matéria em

questão; os demais falarão após a votação. Consulto o Ver. Airto Ferronato se tem interesse em falar sobre o *impeachment*. Respondendo afirmativamente, concedo a palavra ao Ver. Airto Ferronato para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB):** Minha cara Presidente Mônica, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, senhoras e senhores, nós vamos conversar um pouco nesses cinco minutos, sobre aquele pedido de *impeachment* contra o prefeito municipal. Sinto-me no dever de falar sobre o tema, até porque quem apresentou o pedido foi o Sr. Copinaré Acosta, nosso amigo, ele é da direção do Diretório Municipal do PSB, da Executiva Municipal do PSB – partido meu e do Ver. Paulinho Motorista –, e eu, particularmente, não me sinto, não compreendo e sei que não é uma iniciativa do partido, o PSB. Explico o porquê: nós tivemos uma reunião de direção, da Executiva Municipal, na semana passada, Ver. Paulinho Motorista – estávamos lá –, e o companheiro Copinaré Acosta nada falou sobre o assunto. Portanto, minha cara Presidente Mônica, não vinculamos o pedido do Copinaré Acosta com o PSB nem conosco – vereadores Paulinho Motorista e eu.

Eu costumo dizer o seguinte: nos tempos atuais, um prefeito eleito, Ver. Cecchim, seja lá de que partido for, necessariamente precisa ter uma base mínima de 13 vereadores, no caso de Porto Alegre, 1/3 mais 1, 12 mais 1; por quê? Porque com até menos de 12 votos o prefeito pode sofrer processo de *impeachment*. Eu tenho dito, vereador, se o prefeito não tiver 12 vereadores, 1/3 dos vereadores, não termina o mandato. Isso aconteceu com o prefeito do nosso partido, o meu amigo Valdair Kuhn, de Triunfo. Ele não tinha nenhum vereador na sua base, sofreu *impeachment*. Portanto, é a primeira observação: está fácil demais, por qualquer coisa se pede um *impeachment*, que é um processo bastante grave. Aqui em Porto Alegre, no caso, votar favoravelmente a este processo viraria um samba descompassado sem tamanho, por quê? Porque nós temos uma CPI aprovada, terá 12 vereadores fazendo parte da comissão, Ver.<sup>a</sup> Lourdes; já imaginou se nós votássemos favoráveis a esse *impeachment*? Se votássemos favoravelmente, para constituição de uma comissão, precisaríamos de mais 12 vereadores. Portanto, dos 36 vereadores, 24 estariam debruçados no mesmo tema, o que seria algo esdrúxulo e impossível.

Então eu já me manifesto, respeitando o Copinaré: voto contra o pedido de abertura de processo de *impeachment*, primeiro porque os casos, na sua maioria, que aqui foram trazidos já estavam constando do processo anterior que foi rejeitado; e segundo, repito, e acho que, de plano, já é o suficiente, temos uma CPI, como agora vamos ter uma outra comissão? Ver. Cecchim, 12 numa, mais 12 noutra, ficaríamos com 24 dos 36 vereadores envolvidos num processo só, o que se tornaria, com todo o respeito, ridículo. Aquele abraço. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Queremos todos dar os parabéns ao Ver. Engº Comassetto, que está de aniversário. Uma salva de palmas para o nosso colega. Muita saúde, vereador! (Palmas.)

Em votação a dispensa da leitura do pedido de *impeachment* apresentado pelo Sr. Copinaré Acosta contra o Sr. Prefeito Municipal, Nelson Marchezan Júnior – Processo nº 0462/19. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

### VOTAÇÃO NOMINAL

**PROC. nº 462/19 – Sr. Copinaré Acosta** – apresenta pedido de *impeachment* do Prefeito Municipal de Porto Alegre, Nelson Marchezan Júnior, por atos ímprobos e ilegais cometidos durante a atual administração.

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a admissibilidade do pedido de *impeachment* apresentado pelo Sr. Copinaré Acosta contra o Sr. Prefeito Municipal Nelson Marchezan Júnior, processo nº 00462/19. (Pausa.) (Após a apuração nominal **REJEITADO** por 23 votos **NÃO** e 06 **ABSTENÇÕES**.)

Passamos às

### COMUNICAÇÕES

O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL):** Boa tarde, prezados vereadores, vereadoras, Presidente Mônica. Nós viemos aqui, esta tarde, para discutir um assunto muito grave, que é a crise envolvendo a saúde de Porto Alegre. Todos estão acompanhando a crise envolvendo o problema do IMESF, e eu confesso para vocês, ontem nós tivemos aqui na Câmara de Vereadores uma manifestação dos servidores do IMESF, médicos, odontólogos, enfermeiros, todos os trabalhadores da Assistência da Saúde da Família, os agentes. Eles tiveram a oportunidade de se reunir com a Presidente da Câmara Municipal, com a Ver.<sup>a</sup> Mônica. Hoje, novamente, nós tivemos uma mobilização desses trabalhadores. E no dia de ontem, eu, de fato, fiquei muito preocupado porque a reação do prefeito Marchezan, diante da decisão do Supremo Tribunal Federal de declarar a inconstitucionalidade do IMESF, foi um tipo de reação que eu considero irresponsável – não consigo encontrar outra palavra que não seja essa. Porque o prefeito Marchezan praticamente manifestou alegria, praticamente manifestou satisfação com a decisão do STF que é uma decisão que o STF tem direito de tomar, mas que, se não for encarada corretamente, pode levar a uma crise da saúde em Porto Alegre. Porque, graças ao IMESF, que nós temos uma Atenção Básica na cidade de Porto Alegre; se não fossem os trabalhadores do IMESF a garantia à saúde da

população, nós teríamos uma grave falta de atendimento ao povo de Porto Alegre, especialmente, ao povo mais pobre. Então, a reação do prefeito foi muito preocupante. Eu não quero entrar, Ver. João Bosco, no balanço de como nós chegamos até aqui, porque a decisão do TJ é de 2011, e há todo um setor de pessoas que acompanham a saúde de Porto Alegre que acham que o governo municipal não fez o esforço necessário para debater esse problema no âmbito judicial. Agora, isso é uma questão secundária. O mais importante, o mais importante é que nós - e eu não quero, nesse caso, fazer polêmica, porque eu vi que teve gente que tentou responsabilizar os sindicatos por isso -, o mais importante é ter uma solução para esse problema, porque são 1.800 médicos, odontólogos, enfermeiras, agentes comunitários. E a demissão de 1.800 trabalhadores, numa situação em que o Rio Grande do Sul tem mais de 500 mil desempregados, é um absurdo! Então, nós da oposição, nós vamos apresentar para todos os vereadores, Ver.<sup>a</sup> Cláudia, uma proposta que resolve o problema, garante a manutenção dos trabalhadores nos seus postos de trabalho, garante a continuidade do serviço e garante a legalidade do serviço, porque não é verdade que não se possam garantir a continuidade e a legalidade do serviço. Basta que... E é esse o nosso propósito com a minha intervenção e com o requerimento que nós faremos, e vamos dar entrada com esse requerimento no dia de hoje; trata-se de um indicativo para o Executivo transformar, a partir da legislação vigente. Nós sugerimos ao Executivo municipal que formule um projeto de lei em regime de urgência nos termos dos artigos 110 e seguintes do Regimento Interno da Câmara Municipal para a conversão do Instituto Municipal de Estratégia de Saúde da Família, portanto, a conversão do IMESF, que hoje é uma Fundação pública de direito municipal, com criação autorizada em 2011, em empresa pública municipal. Propusemos um Indicativo para o Executivo Municipal nesse sentido. Essa é uma decisão que cabe à Prefeitura, a justificativa é evidente. Nós temos uma situação onde o IMESF se declara como inconstitucional, mas o serviço não pode ser prejudicado, nem os 1.800 trabalhadores podem ser demitidos. Com a criação, por lei, em regime de urgência, de uma empresa pública municipal, garante-se o emprego dos 1.800 trabalhadores, e a continuidade do serviço de saúde para a população de Porto Alegre. Portanto, nós temos uma proposta que evita a crise na saúde da Cidade, que garante o emprego, garante a continuidade dos serviços, e este é um apelo que faremos a toda a Câmara de Vereadores. É um apelo que fazemos ao Prefeito Municipal, já que ele tem esse poder, tem essa autoridade para criar uma empresa pública municipal. Muito obrigado e conto com o apoio de todos.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** A Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Sra. Presidente, Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal; colegas vereadores e vereadoras; público das galerias, boa tarde. Em 2011, o sindicato dos enfermeiros do Rio Grande do Sul entrou, junto com outras

dezesseis entidades representativas, com uma ação questionando a inconstitucionalidade do IMESF. A luta desse setor sempre foi por concurso público para os servidores, para terem os seus direitos garantidos. Ontem, à tarde, trabalhadores da saúde receberam o anúncio da extinção do IMESF por decisão do STF, e pelo menos, 68 unidades de saúde serão fechadas. A saúde pública está em desamparo e ficará ainda mais, sem os trabalhadores que atendem à demanda da população na atenção básica e saúde da família. A gestão em saúde não pode ficar a cargo das trocas de empresas em cada gestão municipal, como era anteriormente. É dever da Prefeitura, neste momento, evitar prejuízos à população, assegurando a continuidade dos serviços prestados, principalmente, informando o destino desses 1.840 profissionais que hoje se sentem desabrigados. Acreditamos que a garantia de realocação desses trabalhadores nas implantações subseqüentes seja o maior foco que nós temos hoje. A garantia dos serviços é essencial e hoje não podemos ver postos fechando e sendo unificados, na promessa de melhor atendimento. Só consigo ver usuários descontentes, descrentes e funcionários sem saber como será o amanhã. A decisão do STF ainda não foi publicada, portanto, qualquer demissão será considerada ilegal. A decisão do STF sentenciou a inconstitucionalidade do IMESF e não definiu a forma de transição, deixando a Prefeitura livre para manter com modelo anterior de trocas de empresas a cada gestão municipal, o que continuará sendo inconstitucional e não atenderá de fato à decisão judicial. O dever da Prefeitura é zelar também pela saúde dos profissionais. Chega de descaso com o atendimento básico na saúde. Queremos a garantia de atendimento à população. Também quero fazer um apelo a esses profissionais de saúde, quanto às unidades de saúde, para manter estas abertas e não desassistirem a população já tão carente destes serviços, mesmo com as suas reivindicações de hoje. Apoiamos a causa sem ser coniventes ao não atendimento do percentual obrigatório em cada unidade, enquanto a situação esteja pendente, e assim lutaremos juntos para que tudo se resolva. Tenho certeza da sensibilidade do nosso prefeito e que ele fará o possível para que essas pessoas sejam no mínimo realocadas e garantido o seu direito de trabalho. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

**VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL):** Boa tarde, senhoras e senhores, público que nos assiste nas galerias e pela TVCâmara; Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal, Presidente desta Casa Legislativa; eu agradeço aos colegas integrantes da bancada de oposição pela oportunidade de manifestação em período de liderança de oposição, porém venho aqui para falar não como um integrante desta bancada acerca das nossas linhas de atuação, mas como um representante da população de Porto Alegre, que tem um problema grave a ser enfrentado neste momento.

O Ver. Roberto Robaina, que me antecedeu no uso da palavra, destacou que nós estamos tomando a iniciativa de protocolar nesta Casa um projeto indicativo, ou seja, uma sugestão para que o prefeito municipal apresente a esta Casa Legislativa um projeto de lei que transforme o IMESF de uma fundação justamente em uma empresa pública. As empresas públicas podem fazer essa prestação de serviço e podem dar continuidade ao trabalho que esses profissionais estão prestando à nossa sociedade, sem o risco de desassistência. Nós convidamos também os vereadores e vereadoras de todas as bancadas a assinarem essa indicação para que nós possamos contornar esse grave problema para nossa população. O prefeito manifesta-se num tom bastante preocupante com relação a isso, colocando às custas dos sindicatos que, lá em 2011, protocolaram uma ação questionando a instituição da fundação IMESF. Eis a questão, senhoras e senhores, alguns vereadores, como o Ver. Moisés Barboza, vice-líder deste governo, manifestam-se, nas redes sociais e publicamente, criticando a ação dos sindicatos e criticando os integrantes das bancadas de oposição, dizendo que é nossa culpa o fechamento do IMESF e a decisão do Supremo Tribunal Federal. Gente, se o Supremo Tribunal Federal disse que a constituição, através do projeto de lei do IMESF, é ilegal, porque não havia regramento à época para que tal procedimento fosse feito. O Supremo disse que era ilegal, as associações representativas e sindicatos alertavam dessa ilegalidade lá no início. Então a culpa é do sindicato, porque a Prefeitura fez à época uma gambiarra? Não, a culpa foi do processo envolvido para criação do IMESF.

Nós, identificados como partidos de esquerda, somos de esquerda justamente porque defendemos trabalhadores. O conceito de esquerda e direita, talvez o senhor, Mauro Pinheiro, não identifique, porque pertencia ao Partido dos Trabalhadores, um partido identificado como um partido de esquerda, é um conceito da Revolução Francesa, onde, após a revolução, colocam-se à mesa para constituição de uma nova nação à direita representantes da burguesia, ou atualmente do empresariado, à esquerda representantes do proletariado, ou dos trabalhadores. Os partidos à esquerda estão a serviço sempre dos trabalhadores e não dos empresários. É assim que funciona. Para aqueles que são cegos ou tem uma visão muito curta e estreita, como o Ver. Mauro Pinheiro, que é um empresário, nunca negou e tem orgulho disso e tem justificativas para tal, entrar num partido dos trabalhadores é, de certa forma, enganar parte da população, porque não representava esse setor. Agora migrou, e continuará migrando, para partidos cada vez mais à direita, representando os interesses dos empresários, seus colegas de trabalho. É assim que funciona. Nós, de oposição e de esquerda, continuaremos a defender os trabalhadores, sendo eles...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

**VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL):** ...Nós, vereadores, identificados com a pauta de esquerda, nos identificamos com os anseios da classe trabalhadora, sejam esses trabalhadores públicos, sejam esses trabalhadores privados,

sejam esses trabalhadores de institutos, de fundações, de empresas públicas, não importa, o trabalhador é quem constrói este País e carrega essa Nação nas costas, às custas do seu suor e do seu sangue. Portanto, estamos ao lado daqueles que fazem o Brasil uma nação.

Eu gostaria de convidar mais uma vez todos os vereadores desta Casa Legislativa para assinarem conosco um projeto de indicação para o Executivo transformar o IMESF em uma empresa pública, para manter a prestação do serviço e os postos de trabalho desses servidores da saúde. Uma boa tarde a todos.

(Não revisado pelo orador.)

**VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL):** Gostaria de fazer um comunicado. A senhora sabe que tivemos todo um tema envolvendo a vila Mato Sampaio, em um processo de despejo no bairro Bom Jesus, um processo em que a Câmara Municipal cumpriu um papel fundamental, envolvendo CUTHAB, COSMAM, CECEDONDH, a Presidência, o Plenário. Felizmente não teve aquela ordem de despejo do dia 10 de setembro; abriu-se um processo de negociação, e aqui, surge uma proposta – originalmente foi feita, inclusive, pelo Ver. Valter Nagelstein, na CUTHAB, pelo Ver. Engº Comassetto, o presidente Dr. Goulart também encabeçou esse processo, para que fizéssemos um projeto de lei complementar garantindo Área Especial de Interesse Social para essa região. Vários vereadores, foram muitos, não vou nominar para não esquecer de ninguém, assinaram este projeto. Ele foi para a Procuradoria, que deu um parecer, colocando a necessidade de uma audiência pública – foi um parecer favorável, e compete à Câmara Municipal discutir essa questão, mas uma audiência pública é muito importante. E nós, consultando o Ver. Valter, o Ver. Dr. Goulart, a bancada de oposição, o Ver. André Carús, estamos demandando para que a Mesa encabece esse processo para garantir uma audiência pública para que a Câmara Municipal continue atuando sobre esse problema, e a gente não volte a ter uma situação dramática, com ameaça de despejo. Nós sabemos que isso tem prazo, então é preciso ter urgência em relação a esse problema. Para esse pedido, vamos entrar com um requerimento. Queria comunicar isso e agradecer.

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Ver. Robaina, procede. Esta Presidente imediatamente tomará providências, já estou falando com a Diretoria Legislativa para marcar essa audiência pública.

**VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT):** Gostaria de fazer um complemento sobre o processo. A CUTHAB, a COSMAM e outras comissões convocaram uma reunião extraordinária para amanhã, às 10h, com a presença...

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Será segunda-feira, vereador.

**VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT):** A reunião será dia 23 de setembro, com a presença, inclusive, do Ministério Público, que foi quem agiu, junto ao Executivo, e conseguiu a suspensão, e hoje corre a Pauta. O pedido é que nós possamos correr as duas Pautas hoje, para que consigamos levar esse processo adiante. Então, aqui é uma sugestão conjunta também. Muito obrigado.

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Vereador, está feito o registro, mas nós precisamos conversar com os líderes dos partidos para que todos concordem.

**VEREADOR MENDES RIBEIRO (MDB):** Presidente, eu quero fazer um alerta sobre uma preocupação a esse projeto. Acho que é uma causa importante, porque há uma desavença entre a Prefeitura e os moradores da área invadida. Eu só quero que a gente tenha um cuidado para não colocar as pessoas que ali estão na invasão contra os moradores do condomínio. Inclusive, há uma pareceria, há ajuda social dos condomínios com os moradores da comunidade. Então, só quero que haja um cuidado para que isso não possa acontecer nessa área conflituosa. Obrigado, Presidente.

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Feito o registro.

**VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB):** Sra. Presidente, eu também quero fazer um registro. Desde o primeiro momento, eu participei, na CUTHAB, dessas questões. Compartilhando com os outros vereadores, eu dei a sugestão que fosse transformado em AEIS. Na mesma linha do Ver. Mendes Ribeiro, eu também tenho relação com os empreendimentos, que hoje se conhece como Rossi Park, e sou contra a gentrificação, que é a qualificação do tecido urbano, expulsando os pobres para dentro da cidade. O que nós defendemos é que seja possível a harmonização dessas questões, reavaliando as contrapartidas desses grandes empreendimentos para que, quando elas forem feitas, no âmbito técnico da Prefeitura, também se olhe as comunidades pobres que estão no entorno, e que não simplesmente se peça uma praça. Se pedir a mitigação urbana, que é a infraestrutura viária, que é uma praça, também se olhe a possibilidade de dar moradia para as comunidades que estão, muitas vezes, há 30, 40 anos estabelecidas naqueles locais. Por isso que nós estamos pedindo a audiência pública exatamente para poder fazer a alteração do regime urbano e a criação da AEIS. Eu antecipo também, só para concluir, que ontem, na reunião do Sport Club Internacional aqui, que trata da construção de um empreendimento desse clube, nós também deliberamos às comissões, COSMAM e CUTHAB, de encaminhar à presidência e à reunião do colégio de líderes uma outra audiência pública para a alteração do regime urbano desse empreendimento. Muito obrigado.

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Feito o registro, Ver. Valter Nagelstein, sobre a audiência pública, a Diretoria Legislativa já está cuidando disso.

**VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT):** Sra. Presidente, houve uma confusão aqui entre reuniões extraordinárias, do IMESF e da CUTHAB. A reunião da CUTHAB é amanhã, às 10h.

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** A reunião da CUTHAB é amanhã, às 10h, e a reunião da COSMAM é na segunda-feira, às 10h, no Plenário Otávio Rocha.

**VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT):** Isso, amanhã, Mato Sampaio, e na segunda-feira, IMESF.

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Registrado. O Ver. André Carús está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR ANDRÉ CARÚS (MDB):** Sra. Presidente, colegas vereadoras e colegas vereadores, primeiro, quero falar aqui sobre o tema do IMESF. Nada como a oportunidade de fazermos um debate sobre fatos e não sobre versões, porque, às vezes, na política, as versões passam como verdade consolidada muito mais do que os fatos propriamente ditos. Pois bem, sobreveio, Ver. Ricardo, desde a última quinta-feira, essa decisão do Supremo Tribunal Federal, e a Prefeitura, ato contínuo, para não deixar de atender a população, apresentou um plano emergencial. E a Câmara de Vereadores, é natural que, ontem, mesmo abaixo de chuva, mais de 400 servidores do IMESF se deslocaram para cá, ansiosos, com dúvidas sobre o que de fato estava ocorrendo. E procuraram o local mais adequado para isso, talvez por desconhecerem os seus verdadeiros alçozes, vieram na Casa do Povo, vieram no Parlamento, onde está representada a média do pensamento político, econômico e social da cidade, vieram aqui buscar abrigo para a sua angústia. E foi a Presidente Mônica quem os recebeu, o Ver. Mauro Zacher acompanhou a assessoria de outros vereadores, inclusive a minha, naquele momento. Encaminharam pela recepção de uma comissão hoje, na reunião de líderes, que explanou as preocupações e as reclamações também em relação ao anúncio feito pela Prefeitura. A minha função aqui, como presidente da Comissão de Saúde e Meio Ambiente, cumpre o esclarecimento. E não é o fato que vai ser desmerecido ou vai ser distorcido, porque tentam agora... Inclusive, os autores da ação, que tiveram, por oito anos, a oportunidade de retirá-la de juízo, que vão agora fazer proveito político dessa situação. Parte deles estavam sentados na Mesa, com os líderes hoje, e os outros do lado de fora, vibrando que 68 de 77 unidades que tem a presença do IMESF fecharam ontem. Quem vibra com a população não sendo atendida na Atenção Primária? Quem vibra com a demissão de quase 1.900 funcionários? Quem quer fazer mau uso de uma situação que cumpriu todo o rito ordinário do judiciário, sendo, na terceira instância, determinado que o Município faça lá. Lá na origem, o Fortunati, então prefeito desta Cidade, optou pela criação do IMESF, e muitos não queiram porque defendem aquela estrutura pesada, letárgica, que deixa de cumprir serviços básicos de um estado que já não nos serve mais, e ficaram contra o IMESF, judicializaram. E oito anos depois, muitos que continuavam trabalhando no IMESF se desempregaram ou

viram companheiros seus hoje sem perspectiva de emprego. E à Câmara caberá fazer a mediação. E eu não tenho dúvida de que boa parte, e me arrisco a dizer que mais de 90% daqueles que estão no IMESF hoje, com experiência profissional comprovada na sua Carteira de Trabalho, vão ser contratados pelo plano emergencial e serão aproveitados também num novo sistema que obrigatoriamente o poder público terá que criar.

Então, na segunda-feira, e este foi o encaminhamento da reunião de líderes, reproduzido, transmitido pela Presidente Mônica Leal, segunda-feira, marcamos inicialmente para o plenário Ana Terra, mas acredito que, pelo público elevado, vamos ter que transferir para cá, para o Plenário Otávio Rocha. Convocamos uma reunião extraordinária da COSMAM, a Comissão de Saúde e Meio Ambiente, para oportunizar à Prefeitura explicar as razões deste anúncio, não só através da Secretaria Municipal de Saúde, mas também da Procuradoria do Município. Vamos ouvir os trabalhadores e vamos também ouvir, além da Prefeitura, através da Secretaria da Saúde e da Procuradoria, os trabalhadores e a comunidade, que é usuária desse serviço. Mas lembro: o destino das manifestações pelo fechamento do IMESF deve ser a Câmara? Sim, porque aqui está representado o povo, e cabe a nós prestar contas ao povo; deve ser também a Prefeitura para questionar eventuais dúvidas, mas as manifestações de repúdio e também de contrariedade ao que ocorreu devem ser àquelas entidades que foram autoras desse pedido, dessa ação judicial, que resultou na extinção de uma fundação que modernizou, universalizou e ampliou as equipes de Saúde da Família na cidade de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR RICARDO GOMES (PP):** Sra. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, como eu dizia, assistimos a algo inacreditável nesta tarde, o Ver. Alex Fraga tentando restaurar a velha crença de que a direita cuida dos empresários e de que a esquerda cuida sempre dos trabalhadores. Se a esquerda falou, é para o bem dos trabalhadores; o que a esquerda faz é bom para os trabalhadores. Ora, foi bom para os trabalhadores o saque que foi feito no Brasil aos fundos de pensão, durante os governos de esquerda? Foi bom para os trabalhadores o que foi feito com o BNDES, jogando dinheiro de imposto dos brasileiros para outros países investirem na sua infraestrutura? Foi bom para os trabalhadores os bilhões de reais de prejuízo que a esquerda causou na Petrobrás, roubando o povo brasileiro? Isso é pensar nos trabalhadores? É bom para os trabalhadores o desemprego recorde que foi herdado, deixado pelo governo da esquerda? Ora, não vai ter mais a chance a esquerda não vai ter mais a chance de falar sozinha neste País, de inventar essa pantomima e de repetir essa mentira aos quatro cantos do País, de que tudo que a esquerda faz é para o bem dos trabalhadores. A prova de que isso é mentira é o que está se assistindo hoje em Porto Alegre, entidades tomadas

pela esquerda para defender uma categoria do serviço público, sim, para defender a corporação. Foram ao judiciário, deixaram a população desatendida, deixaram os trabalhadores dos IMESF desempregados. Em nome do quê? Em nome da defesa da corporação, em nome da proteção do regime jurídico dos servidores, para garantir que fossem funcionários públicos. O PT, o PSOL, a esquerda, não defendem o povo. Defendem o funcionalismo, porque lhe dá votos; defendem o funcionalismo, porque lhe dá estrutura partidária através do sistema sindical. Então a verdade é que a derrota do IMESF, a derrota da população e a derrota dos médicos é a vitória da esquerda que ganhou na justiça. Quem perdeu na rua, na fila do posto de saúde, foi o povo. Muito obrigado, Sra. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Reginaldo Pujol assume a presidência dos trabalhos.)

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** A Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal está com a palavra em Tempo de Presidente.

**VEREADORA MÔNICA LEAL (PP):** Boa tarde, senhores e senhoras, eu utilizo a tribuna para fazer um breve relato sobre o ocorrido com os trabalhadores da área da saúde. Ontem, à tardinha, eu estava no meu gabinete e fui informada de que havia 400 trabalhadores, nesta Casa, mais, propriamente dito, na entrada, na rampa, querendo falar com a Presidente. Eu, imediatamente, fui ao local e fiz questão de conversar com todos, saber qual era a questão, o problema que eles traziam. Fiquei, então, sabendo que 68 unidades de saúde estavam sendo fechadas, bem como 1.870 profissionais, entre médicos, enfermeiros e agentes comunitários, ficaram sabendo que seus espaços profissionais estavam correndo riscos, ou seja, que eles perderiam esses espaços. Eu, imediatamente, planejei levar essa questão para a reunião dos líderes dos partidos, o que foi muito bem acolhido. Nós recebemos 10 trabalhadores que compartilharam seus anseios, suas preocupações. A partir, desse momento, resolvi me inteirar sobre esse assunto mais profundamente.

Eu quero dizer aos senhores e às senhoras que saúde, segurança e educação se sobrepõem siglas partidárias e ideologias políticas para mim. O que interessa são as pessoas, são os atendimentos, são as necessidades. Eu acho que teria que ter tido uma transição nessa questão. Não acredito que possa ser rompido de forma abrupta. Eu, se fosse prefeita dessa cidade, teria feito uma transição de um tempo maior com o IMESF, enquanto faria uma concorrência para o serviço. Essa contratação emergencial que se fala agora, que estão tentando fazer, o Ver. João Antônio Dib, quando eu era assessora parlamentar desta Casa, questionou os governos do PT na época, o que gerou ações e condenações aos prefeitos Tarso e Raul Pont. Eu acredito, firmemente, que o prefeito Marchezan teve três anos para tratar desse assunto, não foi de uma hora para outra, isso não veio de agora, isso veio do governo Fortunati, é um problema grave, era um problema anunciado, que poderia ter sido, sim, tratado desde o início. Pelo que eu tomei

conhecimento, juridicamente essas contratações emergenciais podem ser feitas quando sobrevém um imprevisto, o que não aconteceu aqui, não houve imprevisto, está claro que o tempo mostra o que era anunciado.

Então a minha intenção, como Presidente, de utilizar a tribuna neste momento e trazer às reflexões dos meus colegas vereadores, é que nós possamos juntos trabalhar, todos, para resolver ou para tentar resolver algo que, neste momento, é a maior aflição do povo de Porto Alegre: postos de saúde fechados. O Ver. André Carús, presidente da Comissão de Saúde, a COSMAM, já deu o primeiro passo, recebendo um grupo de pessoas que trabalha na área da saúde e também fazendo um convite para o secretário da Saúde para que ele possa explicar, que possa apresentar um norte, alguma coisa, enfim. Eu não estou aqui querendo trazer a solução, ou apontando culpados, ou algo parecido; eu quero, sim, que nós, vereadores desta Casa, da esquerda, da direita, da situação, da oposição, neste momento, juntos, possamos dar a essas pessoas que estão precisando de atendimento, alguma possível solução, uma esperança, e também aos trabalhadores. Apenas isso, por isso eu fiz questão de utilizar a tribuna. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

(A Ver. Mônica Leal reassume a presidência dos trabalhos.)

**VEREADORA MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para uma Comunicação do Líder.

**VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO):** Obrigado, Sra. Presidente, Ver. Mônica Leal; quero saudar os colegas vereadores e o público que nos assiste. Vou falar brevemente aqui, só saudar a manifestação do Ver. Ricardo, em resposta ao vereador do PSOL, que traz aqui, de novo, aquela luta de classes, de que a esquerda defende trabalhador, a todo momento contra os empresários, e que defende aquele que carrega o País nas costas. Esquece a esquerda, Ricardo, que todo o empreendedor, que todo cidadão que trabalha, independente da carteira assinada ou do CNPJ em seu nome, trabalha, é trabalhador e ajuda a construir o País, esquece a esquerda, aliás, quando entra nessa dualidade de dizer que a esquerda está sempre com os trabalhadores, contra a direita ou os liberais, que estão com os empresários. Eu vou fazer uma análise supersimplista, mas é didática para o que a gente precisa contemplar nesse debate: a esquerda entregou aos seus trabalhadores Venezuela, Bolívia, Cuba e União Soviética. Os liberais, ou a direita, entregaram Austrália, Nova Zelândia, Suíça, Cingapura, Estados Unidos e Canadá. Onde os trabalhadores preferem viver e trabalhar? Encerro aqui.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo governo.

**VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB):** Ver. Mauro Pinheiro, líder do governo; Ver. Moisés Barboza; Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, senhoras e senhores; primeiro é preciso fazer um histórico dessa questão do IMESF. Isso começa em 2010, quando o prefeito Fogaça toma uma decisão de criar a Estratégia de Saúde da Família. Naquele momento foi tomada uma opção política, e essa opção foi combatida pelo PT, o Partido dos Trabalhadores, pelo PSOL – estavam aqui o Ver. Pedro Ruas e a Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna – e pelo PCdoB, pela então Ver.<sup>a</sup> Jussara Cony. A opção, naquele momento, foi de criar uma estrutura celetista, e a opção que a oposição queria era que fosse criada uma estrutura estatutária. Por que uma estrutura estatutária? Porque faz concurso público e entra para dentro da administração, onde já tem 30 mil servidores que consomem 53% da riqueza dos 1,5 milhão de porto-alegrenses, ou seja, há 1,47 milhão pessoas fora dessa conta, e a metade de toda a riqueza da cidade fica com esses 30 mil. Não estou entrando no mérito se é bom, se é ruim, se é justo ou se não é, só estou dando um dado objetivo: 1,47 milhão ficam fora, e seria mais gente para quê? Para reforçar as fileiras do sindicato que está aqui, mais uma vez. Para reforçar as fileiras do sindicato! A opção, naquele momento, foi fazer celetista – aliás, opção boa para os 1,8 mil trabalhadores, profissionais da saúde, que estão hoje no IMESF. No IMESF, eles ganham salários melhores do que a média dos profissionais que estão na iniciativa privada. Por exemplo, um técnico em enfermagem – há pouco tempo, votamos aqui –, na iniciativa privada, ganha em média R\$ 1,5 mil; e, no IMESF, estava ganhando hoje R\$ 3 mil, Ver. Ferronato, mas foi uma opção política que foi feita. E estes que hoje estão aqui gritando, na verdade, são os grandes responsáveis por deixar, nos dias 16, 17 e 18 de setembro, esses 1,8 mil trabalhadores na rua! Se alguma revolta essas pessoas devem ter – volto a dizer que são profissionais que eu tenho visto que fazem um grande trabalho, tenho visitado unidades de saúde por aí – é contra estes que estão aqui! Contra estes, Ver. Carús! O senhor tem razão, entraram com uma ação lá atrás, por uma cegueira ideológica, e criaram uma circunstância da qual hoje não houve saída e que não tem alternativa, porque a decisão foi judicializada. Vou dizer em alto e bom som – em alto e bom tom! –, de forma branca e franca, olhando no grão do seu olho, como sempre agi e sempre dialoguei, ali e em qualquer lugar: a culpa é de vocês!

(Manifestações nas galerias.)

**VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB):** Falo isso segunda-feira! E vou dizer que a culpa... Quero saber o seu nome! Diga-me o seu nome aí de cima!

(Manifestações nas galerias.)

**VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB):** Diga-me o seu nome, porque eu quero dar o seu nome aqui na tribuna, por favor.

(Manifestações nas galerias.)

**VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB):** Sim, mas me diga o seu nome.

(Manifestações nas galerias.)

**VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB):** Não, ele não quer dizer o nome; ele é tão transparente que não quer dizer! Eu queria dar o nome dele para os trabalhadores do IMESF. Eu queria nominar, Srs. Vereadores.

(Manifestações nas galerias.)

**VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB):** Estevão é o seu nome? Que todos ouçam, pelo Facebook, Estevão, os trabalhadores do IMESF, que a responsabilidade por essas 1,8 mil famílias que ficarão sem emprego a partir de agora é sua! Por politicagem, Sr. Estevão, porque resolveram entrar com uma ação, porque queriam que fosse estatutário, e não celetista. Agora, se a saída será um contrato emergencial e se a saída será a terceirização do serviço, essa culpa é única e exclusiva dos sindicatos, Sra. Presidente! Eu quero que a senhora e todos tenham isto bem claro: essa decisão foi política, ela era legítima, foi tomada por esta Casa, o Instituto Municipal de Estratégia de Saúde da Família funcionava muito bem, produzia bons resultados; o que eles queriam era que fossem celetistas para se filiarem à CUT e cerrarem fileiras com o PT e com o PSOL. Como isso não aconteceu, eles ajuizaram a ação. E essa ação agora chega ao STF em última instância. E eles criaram esse problema para esses trabalhadores. Isso precisa ser dito, porque essa é a verdade, precisa ser dito para o Estevão, que vai perder, inclusive, a sua função de dirigente sindical, pela bobagem que fez – porque isso precisa ser dito uma vez, duas vezes, três vezes, dez vezes, para desmascarar o mau dirigente sindical que prejudica a corporação. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE):** Presidente Mônica, demais vereadores e vereadoras, público que nos assiste pela TVCâmara, público das galerias, aos sindicalistas que estão tirando 1.840 empregos dos trabalhadores da saúde pública, sejam bem-vindos à nossa Casa. Eu escutei, muito atento, Ver. Valter, e concordo plenamente com V. Exa. E quero dizer que esses aqui são os responsáveis pelo desemprego de mais de 1.800 pessoas da saúde pública na cidade de Porto Alegre. (Mostra imagens.) Estes sindicatos aqui... O Ver. Alex falou que a esquerda defende os trabalhadores e a direita defende os empresários. Mas, nesse caso, Ver. Alex, eu acho que a sua esquerda, na verdade, não defende o trabalhador. Essa esquerda não defende o

trabalhador, Ver. Ricardo Gomes, defende sim as corporações, os sindicatos e o clientelismo, porque querem que eles se filiem nos seus sindicatos para fazerem campanhas políticas – é isso que eles querem, por isso que discordam! Eles não defendem a cidade e nem o usuário do SUS, porque o usuário do SUS quer que eles trabalhem lá no posto de saúde e deem o bom atendimento que é dado pelos servidores que estão no IMESF. Mas, infelizmente, para eles, para o Ver. Prof. Alex, o bom é se for estatal, tem que ser estatal; se não for estatal, não é bom. Essa é uma visão diferente que o senhor tem, Ver. Prof. Alex. Nós pensamos diferentemente! O senhor acha que o bom é estatal; nós queremos que o serviço seja prestado – não necessariamente que ele seja estatal, mas que ele seja público e de qualidade. É por isso que eu defendo: o atendimento no posto de saúde tem que ser público e de qualidade. Se o servidor que está lá é pelo IMESF, é pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre, estatutário, celetista, isso não faz diferença para a pessoa que vai ao posto de saúde e quer ser atendida e bem atendida. Agora, eles começaram a acusar o prefeito Marchezan, porque foi na imprensa falar antes de conversar com os trabalhadores. O prefeito Marchezan ia falar com quem? Com os sindicatos? Pediria para os sindicatos avisarem aos trabalhadores que seriam demitidos? Sindicato não pode, porque o sindicato está demitindo os servidores que estão trabalhando. Vocês estão demitindo 1.800 pessoas! (Aponta para as galerias.) Vocês ingressaram na justiça!

Eu escutei aqui o Ver. Oliboni, outro dia, dizendo: “Tem uma ação de despejo, o prefeito pode retirar a ação de despejo”. Se o prefeito pode retirar a ação de despejo, o sindicato pode retirar a ação contra os trabalhadores. Por que não retira?

(Manifestações nas galerias.)

**VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE):** Pode. Mas, então, vocês são os responsáveis, assumam as suas responsabilidades. Vocês – Simpa, CUT, Sindisprev, Sindicâmara – entraram contra os trabalhadores, mas eles não vão perder seus empregos, porque o homem de direito, o burguês, como falou o Prof. Alex falou, o prefeito Marchezan vai, sim, notificar as pessoas somente quando receber o acórdão, dizendo que vão cumprir o aviso e vão receber seus salários. E, nesse meio-tempo, nós, vereadores que estão preocupados com a cidade, junto com o prefeito, vamos trabalhar para fazer um contrato emergencial, junto com o secretário de saúde. E aqueles bons profissionais que estão lá nos postos de saúde, que estão trabalhando, serão recontratados de forma emergencial por um prazo de seis meses para o serviço não parar, para eles não perderem os seus empregos. Posteriormente, nós vamos achar uma forma, nesses seis meses, para que o serviço melhore ainda mais, porque é essa a função do vereador e do prefeito. Nossa função não é demitir ninguém, a nossa função é gerar emprego, é gerar o atendimento lá na ponta para as pessoas que usam o Sistema Único de Saúde para que elas sejam bem atendidas, não necessariamente de forma estatal. Nada contra o estatal ou o público, mas que seja público e o interesse seja pela população, pela Cidade, e pelo atendimento. Não serão fechados os postos de saúde

como vocês já estão espalhando – é uma mentira! Estão dizendo que os 77 postos serão fechados; os postos não serão fechados, serão mantidos, sim, com os trabalhadores...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

**VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE):** ...Vocês têm que assumir. Vocês me cobraram, hoje: por que os trabalhadores não foram avisados e ficaram sabendo pela imprensa? Porque vocês, os sindicatos, que eram os responsáveis por defender os trabalhadores, entraram com uma ação contra os trabalhadores! Vão lá avisar que eles vão perder o emprego, porque vocês entraram com uma ação contra eles. Vocês deram um limão para os servidores da saúde, e nós vamos espremer e fazer uma limonada para os servidores e para a população. A população que fique tranquila, porque nós vamos trabalhar incansavelmente para que o serviço seja cumprido lá na ponta, e que tenha um bom atendimento público, mas não necessariamente estatal. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**VEREADOR ANDRÉ CARÚS (MDB):** Presidente, é importante que fique registrado nos Anais da sessão de hoje, face ao seu pronunciamento, às providências da reunião de líderes, e as demais manifestações aqui. O anúncio, por parte do Executivo, não representou ordem para fechamento de unidade de saúde. O Ver. Mauro, líder do governo, explicou com bastante propriedade este assunto, até porque, no momento em que o Executivo foi notificado da decisão tomada pelo Supremo Tribunal Federal, é que as providências legais se darão e, em paralelo, o plano emergencial está sendo executado, para que não fique nem um dia a população desassistida. Então, importante fazer este esclarecimento que, se há alguma unidade de saúde fechada em Porto Alegre, não foi por ordem do poder público e se deu, sim, por casos fortuitos ou por escolhas isoladas. Obrigado.

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Feito o registro. O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB):** Boa tarde, Sra. Presidente, Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores; público que nos acompanha pela TVCâmara e também pelas galerias. A mim, Ver. Mendes Ribeiro e Ver. Márcio Bins Ely, pegou de surpresa essa decisão do STF em relação ao IMESF. Eu, realmente, não tinha informação, Ver. Cláudio Conceição, que estivesse tramitando, Ver. Prof. Alex, uma ação no sentido de pedir a inconstitucionalidade ou o próprio fechamento do IMESF. O acórdão não está ainda publicado, nós temos acesso ao acórdão ainda da ação de inconstitucionalidade aqui do Tribunal de Justiça, mas tudo indica – e daí eu digo

tudo indica porque precisamos ainda, Ver. Paulo Brum, ter a publicação do acórdão do STF – que a questão, Ver. Oliboni, está baseada na dúvida ou no não esclarecimento de qual serviço as fundações podem executar. A Constituição de 1988 regrou isso para as fundações que já existiam e depende de lei complementar para as fundações posteriores a 1988 para regulamentar em quais áreas as fundações podem atuar. O instituto foi criado em 2011, na gestão do prefeito Fortunati, o secretário era o Carlos Casartelli, do PTB – à época, eu não estava aqui nesta Casa, estava no Executivo, mas acompanhei, Ver. José Freitas, os debates aqui nesta Casa –, naquele momento, a discussão foi bastante intensa, teve um substitutivo que não foi aprovado, o projeto foi aprovado com 15 emendas de 17 propostas, 15 emendas, inclusive, de autoria da oposição à época, que depois não votou no projeto. O projeto foi aprovado. Os trabalhadores que estão aqui, que trabalham no IMESF, tem que ter a clareza de por que trabalham no IMESF, Ver. João Bosco Vaz, é porque teve um governo, que foi o governo do prefeito Fortunati, que propôs a criação do instituto, Ver. Mauro Zacher, que foi líder do governo Fortunati ao final do governo, que fez um concurso e que proporcionou que, através de uma fundação, a atenção de saúde da família fosse desenvolvida até este momento. Pois naquele momento da aprovação do projeto, 26 vereadores nesta Casa, Ver.<sup>a</sup> Lourdes, votaram a favor do projeto, dez votaram contra; dentre esses que votaram contra está a bancada do PT, que, à época, tinha sete vereadores, mais dois vereadores da época do PSOL. Então, eu faço esse alerta só para que todos tenham ciência de quem defende o quê nesse processo como um todo. Eu sou daqueles que defendem que o serviço não possa ter nenhuma solução de continuidade, nós precisamos ter essa garantia, porque, ao final, o usuário é o principal atingido nesse problema como um todo. Devemos procurar, sim, que os atuais profissionais sejam da melhor maneira aproveitados por quem der sequência no trabalho, só que, infelizmente, as informações que temos até o momento é de que é irreversível a decisão do Supremo Tribunal Federal. Quanto a isso, fatalmente nós não poderemos, Ver. Ricardo Gomes, ter nenhuma medida protelatória, e, se o governo não toma nenhuma atitude de já começar a preparar, está na inércia; se toma uma atitude, já procura ver alternativas de como solucionar, está se antecipando, ou está sendo autoritário ou até está sendo rápido demais. Então, eu sou daqueles que acham que tem que ter muita calma, olhar todas as situações.

Vou apoiar o aparte que fez o Ver. André Carús. Ninguém determinou o fechamento de nenhum posto, não houve nenhuma determinação para que houvesse a cessação de nenhum serviço na atenção básica, e quem deu essa ordem não foi o Executivo municipal. Então temos que ter muita calma para que não haja solução de continuidade, para que tenhamos o melhor aproveitamento de quem, até hoje, tem se dedicado, no Instituto Municipal de Estratégia de Saúde da Família, prestando o serviço, e que tenhamos a melhor alternativa, Ver. Idenir Cecchim, para a continuidade dos serviços e para que se tenha até uma melhoria no serviço da atenção básica. Muito obrigado e um grande abraço a todos

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Mauro Zaccher está com a palavra.

**VEREADOR MAURO ZACHER (PDT):** Sra. Presidente, Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal; vereadores e vereadoras, eu uso este tempo para relatar a minha viagem à Brasília, no dia 10 de setembro, terça-feira, onde entreguei um documento construído na nossa Comissão de Educação. Cito aqui o nosso presidente, Ver. Prof. Alex Fraga, que, diante de um grupo de trabalho, proposto através de vários encontros e um seminário que fizemos em relação ao tema violência escolar, esta Casa desenvolveu, juntamente com o PEC da UFRGS, com a presença da Brigada Militar, com Ministério Público, Polícia Civil, coordenado pelo Marcos Rolim, um protocolo de prevenção nas escolas, haja vista os últimos casos que tivemos, principalmente o caso de Suzano, e posteriormente um caso que gerou, aqui em Porto Alegre, uma grande angústia de pais, professores, toda a comunidade do Colégio Marista, onde, num momento desses, houve uma denúncia que poderia haver algum tipo caso parecido com o caso de Suzano.

Diante disso, o protocolo pretende, através do que foi escrito e desenvolvido por esses técnicos, produzir algo no sentido de que possamos ter propostas e sugestões para construir um bom clima escolar, que nós possamos identificar riscos e ameaças; medidas antibullying já identificadas e propostas no projeto de lei aprovado por esta Casa, de minha autoria; possibilidade de ideação de suicídios e automutilação, como também disciplina e tratamento de conflitos e armas de fogo. É todo um protocolo que poderá ajudar muito a nossa comunidade escolar.

Quero relatar aqui, Presidente, que fomos muito bem recebidos pelos nossos deputados federais. A nossa legislação antibullying serviu de modelo para uma legislação federal, que nos orgulha muito, uma legislação desenvolvida pela Câmara de Vereadores de Porto Alegre se tornou uma lei nacional, haja vista a nossa estrada, o nosso trabalho que nós temos no combate à violência escolar, especialmente ao *bullying*.

Faço aqui o registro na pessoa do deputado federal Afonso Motta, que nos recebeu e que nos levou a vários gabinetes para conversar com os deputados no sentido que possamos levar esse protocolo e, quem sabe, qualificarmos e propormos a legislação muito melhor que nós temos hoje no Brasil e na nossa cidade. Agradeço.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Registro a presença de 14 estudantes da Escola Integrar no Plenário da Câmara de Vereadores, acompanhados da professora Luana Borges. Esta atividade faz parte do projeto de educação política que o Memorial da Casa desenvolve junto às escolas de Porto Alegre e do Estado do Rio Grande do Sul. Sejam muito bem-vindos a esta Casa. Obrigada pela presença de vocês.

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP) – às 15h52min:** Havendo quórum, passamos à

## ORDEM DO DIA

### DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;  
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)

**PROC. Nº 0221/19 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 005/19**, que autoriza o Executivo Municipal a contratar operação de crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE).

**Parecer Conjunto:**

- da **CCJ, CEFOR, CUTHAB, CECE**. Relator-Geral Ver. João Carlos Nedel: pela aprovação do Projeto.

**Observações:**

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 122, III, da LOM;  
- incluído na Ordem do Dia em 03-07-19.

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Em discussão o PLE nº 005/19. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal, solicitada por esta presidência, o PLE nº 005/19. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 28 votos **SIM** e 07 votos **NÃO**.

**VEREADOR CLÁUDIO CONCEIÇÃO (DEM) (Requerimento):** Sra. Presidente, solicito a alteração da ordem de priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar à discussão e votação do PLL nº 004/19. Após, retornaremos à ordem normal.

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Em votação Requerimento de autoria do Ver. Cláudio Conceição. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

### DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO NOMINAL

(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;  
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

**PROC. Nº 0004/19 – PROJETO LEI DO LEGISLATIVO Nº 004/19**, de autoria do Ver. Cláudio Conceição, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre ao senhor Emerson Wendt.

**Parecer:**

- da **CCJ**. Relator Ver. Márcio Bins Ely: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto.

**Observações:**

- para aprovação, voto favorável de dois terços dos membros da CMPA - art. 82, § 2º, V, da LOM;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA;
- incluído na Ordem do Dia em 11-09-19 por força do art. 81 da LOM.

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Em discussão o PLL nº 004/19. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

**VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL):** Senhoras e senhores, eu subo à tribuna para usar este espaço para parabenizar o Ver. Cláudio Conceição pela iniciativa de prestar homenagem ao Sr. Emerson Wendt, antigo chefe de polícia, que construiu, pelo menos, a parte mais recente da sua carreira como policial civil, dentro do serviço de inteligência. E o trabalho com inteligência por parte das forças policiais surte efeitos. Mesmo sabendo que os nossos órgãos policiais estão bastante precarizados pela falta de material humano, principalmente a falta de RH, nós precisamos ser criativos para poder oferecer à população o que ela precisa. Se nós temos redução do índice de criminalidade atualmente, na nossa cidade, no nosso Estado, é por conta do bom trabalho de profissionais sérios como o Delegado Wendt.

Então, parabéns ao senhor, parabéns ao homenageado, esperemos ter a aprovação e prestar essa justa homenagem a alguém que, com muita inteligência, fez um trabalho correto à frente da Polícia Civil no nosso Estado. Parabéns.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Adeli Sell está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 004/19.

**VEREADOR ADELI SELL (PT):** Ver.<sup>a</sup> Mônica, colegas vereadoras, colegas vereadores, o Ver. Alex foi bem claro e preciso. Eu pedi licença para o líder da minha bancada para poder encaminhar porque considero o Delegado Emerson Wendt uma das figuras mais importantes da Polícia Civil do Rio Grande do Sul, além de ter sido um excelente chefe de polícia, sempre atento, sempre preocupado em fazer a coisa certa, e ele é um dos sujeitos que escreveu um clássico, um livro importantíssimo para os dias atuais, que são os crimes da internet. No ano que vem, vamos estar com a lei geral de proteção aos dados em vigor e vamos ver o quanto é importante a discussão da inteligência dentro das polícias, em especial da nossa polícia.

Dias atrás, também fiz uma referência ao Delegado Juliano aqui, pelo excelente trabalho que realizou ao enfrentar as milícias e as máfias que atormentam a vida dos comerciantes no Centro Histórico, em especial lá na Voluntário da Pátria. O Ver. Conceição, nossa colega, em boa hora apresenta esse projeto de lei para que a gente dê o Título de Cidadão ao Delegado Emerson Wendt. No dia da Sessão Solene, faço questão de vir prestar essa homenagem. Eu também prestei homenagem a um outro chefe de polícia, que é o Delegado Ranolfo Vieira Júnior, que hoje é vice-governador. Assim, as senhoras e os senhores podem verificar que os bons profissionais da segurança têm apoio independentemente de questões político-partidárias. O importante é que esses profissionais preservem sempre o aspecto do respeito à dignidade da pessoa humana, combatam a truculência que, muitas vezes, acontece nesses setores e, claro, como bons profissionais sabem que é preciso preservar o devido processo legal. Parabéns, Conceição, parabéns, Alex, que já fez a defesa aqui também. Vamos aprovar o título ao Delegado Emerson Wendt.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Em votação nominal, solicitada por esta presidência, o PLL nº 004/19. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 32 votos **SIM**.

Apregoo a Emenda nº 01, de autoria do Ver. Alvoní Medina, ao PLL nº 186/18.

## **DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO**

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;  
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

**PROC. Nº 1401/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 186/18**, de autoria do Ver. Alvoní Medina, que cria o Programa de Apadrinhamento Afetivo de Idosos no Município de Porto Alegre e dá outras providências.

### **Pareceres:**

- da **CCJ**. Relator Ver. Adeli Sell: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CECE**. Relator Ver. Mauro Zacher: pela aprovação do Projeto.

### **Observação:**

- incluído na Ordem do Dia em 19-06-19 por força do art. 81 da LOM.

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Em discussão o PLL nº 186/18. (Pausa.) Não há quem queira discutir. (Pausa.) Em votação. (Pausa.) O Ver. Alvoní Medina está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

**VEREADOR ALVONI MEDINA (REP):** Obrigado, Sra. Presidente, eu quero agradecer a todos que estão aqui nas galerias e aos que nos assistem pela TVCâmara. Quero saudar o pessoal que veio nos prestigiar nesse projeto, os representantes da ANAPPS, do Sindihospa, do Lar do Cego Idoso, da SPAAN, da Multiassistencial, da Coordenadoria Municipal do Idoso e do Comdepa. Esse projeto de lei pretende criar o programa denominado Apadrinhamento Afetivo de Idosos no Município, que visa possibilitar a visitação de idosos nas instituições de longa permanência, por pessoas voluntárias, interessadas em apadrinhar. Da mesma forma, através de uma aproximação gradativa entre o padrinho e o apadrinhado. Essas visitas poderão resultar em saídas temporárias, como, por exemplo, passeios em praças, parques, uma ida ao cinema, a um jogo de futebol, ou comemorações de aniversários, dentre outros. O projeto busca atender um grande número de idosos que estão totalmente desprovidos de atenção e carinho da família. São idosos abandonados, em sua maioria que ficam sob os cuidados das instituições de longa permanência em tempo integral, sendo que muitos são doentes e não têm mais nenhum contato com os seus familiares e amigos. Durante a tramitação do projeto, visitamos várias instituições para perceber quais as suas impressões e colaborações para o programa. Essas instituições contribuíram para o apadrinhamento, para o aperfeiçoamento do projeto, como, por exemplo, a Acelb, a Casa Lar do Cego Idoso, o Lar Gustavo Nordlund, a Casa Lar Luka, o Sindicato dos Hospitais e Clínicas de Porto Alegre – Sindihospa, como também a Fundação de Assistência Social e Cidadania do Município – FASC.

Temos também a Emenda nº 01, que foi apresentada para adequar o projeto aos melhores termos técnicos e para uma melhor regulamentação pelo Poder Executivo, posteriormente. Desse modo, entendemos que o projeto é de suma importância para o Município de Porto Alegre, que conta, hoje, com uma população estimada de 240 mil idosos, os quais merecem especial proteção do poder público. Essa prática já é lei nos Estados de Roraima; Rio de Janeiro e Mato Grosso, como também nas cidades de Biguaçu, em Santa Catarina, de Bragança Paulista e Ribeirão Preto, em São Paulo, dentre outras. Por isso, peço aprovação dos senhores vereadores para esse importante projeto.

Gostaria apenas de apresentar um vídeo de dois minutos de pessoas apoiando esse projeto.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

**VEREADOR ALVONI MEDINA (REP):** Quero agradecer a todos pelo carinho. Vamos a votação, vamos votar. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para encaminhara votação do PLL nº 186/18.

**VEREADOR REGINALDO PUJOL (DEM):** Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, com todo o risco de dizerem que estou legislando em causa própria, venho à tribuna para cumprimentar o Ver. Alvoní Medina pelo seu projeto de lei. Gostaria de dizer que uma das colocações do seu projeto de lei, que não foi emendado, é significativa, e por si só justificaria o meu apoio e o meu aplauso. Refiro-me ao art. 6º, que diz que a adesão ao programa que trata essa lei é facultativa.

Na comprovação de que o objetivo é não impor, a quem quer que seja, determinado comportamento, abrindo as portas para que determinadas pessoas possam se integrar num programa cujos objetivos especialmente... Se levarmos em conta o número de pessoas idosas que hoje não convivem com a sua própria família em função de que, por razões mais diversas, se encontrem em alguns dos locais especializados para recebê-los – clínicas, abrigos ou instituições semelhantes –, se considerarmos isso, nós vamos verificar que, efetivamente, a proposta do Ver. Alvoní não se dirige a mim, que sou um idoso feliz, se dirige, sim, a muitos idosos que não gozam da felicidade por falta de oportunidade. Essa oportunidade surge agora, com o programa que ele propõe estabelecer, não impondo soluções, mas criando, objetivamente, a faculdade de as pessoas se integrarem ou não nesse movimento. Meus cumprimentos, vereador.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Em votação a Emenda nº 01 ao PLL nº 186/18. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação o PLL nº 186/18. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO** por unanimidade.

**VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE):** Presidente Mônica, quero chamar os vereadores que subscreveram esta moção de repúdio aos sindicatos que entraram contra os trabalhadores. Temos 1.800 trabalhadores da saúde que estarão com dificuldade, que vão perder seu emprego, de forma demissionária, e nós, junto com o governo, vamos lutar para garantir esses empregos, através de um contrato emergencial, mas, infelizmente, isso só está acontecendo porque alguns sindicatos ingressaram contra esses trabalhadores.

Nós estamos assinando aqui, junto com esses e alguns outros vereadores, uma moção de repúdio a esses sindicatos pelo ato que fizeram.

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Feito o registro, Ver. Mauro Pinheiro.

Aprego a Emenda nº 01, de autoria do Ver. Cassio Trogildo, ao PLL nº 288/15.

## DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;  
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

**PROC. Nº 2887/15 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 288/15**, de autoria do Ver. Cassio Trogildo, que institui o Plano de Resiliência no Município de Porto Alegre e dá outras providências.

### **Parecer:**

- da **CCJ**. Relator Ver. Mendes Ribeiro: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto.

### **Observação:**

- incluído na Ordem do Dia em 01-04-19 por força do art. 81 da LOM.

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Em discussão o PLL nº 288/15. (Pausa.) O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para discutir a matéria.

**VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB):** Boa tarde Presidente Mônica, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, venho a esta tribuna para discutir o PLL nº 288/15, de nossa autoria, que institui o Plano de Resiliência, ao qual, Ver. Airoto Ferronato, queremos denominar Cezar Busatto. Resiliência é um tema que cada vez mais ganha relevância num contexto global marcado pelo aumento das instabilidades e das turbulências climáticas, econômicas e sociais. É a capacidade dos indivíduos e das comunidades, das instituições, das empresas e dos diversos sistemas de um município para sobreviver, adaptar-se e crescer, independentemente dos estresses econômicos e choques agudos que se vivenciem. Tenho trabalhado a resiliência na cidade há algum tempo. Foi assim quando presidi a comissão especial da zona rural, em 2015, que resultou na aprovação da lei que restabeleceu a zona rural em Porto Alegre. No mesmo ano, Porto Alegre foi signatária do Pacto de Milão, um incentivo aos municípios para implementarem políticas públicas de fortalecimento da sustentabilidade dos sistemas agroalimentares. Em 2016, apresentamos a lei da zona rural livre de agrotóxicos, que foi aprovada por esta Casa. Na área da eficiência energética, também em 2016, aprovamos a lei que estabelece a utilização de lâmpadas LED na iluminação de vias, prédios e espaços públicos. Em 2017, foi aprovada lei indicando que, preferencialmente, os semáforos da cidade funcionem com energia solar. Na presidência desta Casa, contratamos a estação de energia fotovoltaica e o telhado verde, depois implementados pelo presidente Valter. Mais recentemente, em agosto, aprovamos a Política de Sustentabilidade, Enfrentamento das Mudanças Climáticas e Uso Racional da Energia, criando o programa de premiação e certificação em sustentabilidade ambiental de Porto Alegre. Essa foi uma proposta que surgiu de forma coletiva, com o trabalho de diversas entidades, no Comitê Municipal de Mudanças Climáticas e Eficiência Energética,

instituído pelo Executivo em 2016, que destacou a necessidade de fomentarmos a cultura da resiliência, a preservação dos recursos hídricos, o planejamento, a gestão e o desenvolvimento de outros setores, a geração de energia elétrica, melhores condições de saneamento e sustentabilidade na indústria, agricultura e turismo na capital.

O PLL nº 288/15 institui o Plano de Resiliência no Município de Porto Alegre, com o objetivo de ampliar as discussões sobre como a cidade opera atualmente, aumentando a sua capacidade e o seu preparo para os desafios do futuro, garantindo políticas públicas de prevenção e um planejamento capaz de sensibilizar, capacitar e fortalecer a cidade para enfrentar e recuperar-se mais rapidamente, Ver. Valter, de tensões e choques, sejam de natureza física, econômica ou social, de modo a minimizar seus impactos sobre as pessoas, as comunidades e o patrimônio material.

**Vereador Valter Nagelstein (MDB):** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Eu quero cumprimentá-lo, Ver. Cassio, por dois méritos do seu projeto. O primeiro deles é a questão da resiliência em si e a vanguarda que o seu projeto representa. Nós – uma comitiva aqui de vereadores – estivemos, em outubro passado, em Washington, no Banco Mundial. O Banco Mundial tem um programa específico de financiamento para apoiar as cidades que têm um plano de resiliência. Então, certamente o seu projeto vai qualificar Porto Alegre para receber esse apoio do plano mundial. E segundo, mas não menos importante, por dar a ele o nome do nosso saudoso Cezar Busatto, que foi nosso ex-secretário, com o qual muitos aqui conviveram, foram colegas, ficando reconhecida a sua luta na resiliência a partir do seu meritório projeto. Parabéns, terá, eu tenho certeza, o apoio de todos os vereadores.

**VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB):** Obrigado, Ver. Valter.

**Vereador Professor Wambert (PROS)** (V. Exa. permite um aparte?) (Assentimento do orador.) Eu quero lhe dar os parabéns, Ver. Cassio Trogildo. Cidade resiliente é um dos conceitos mais atuais do urbanismo moderno, se Porto Alegre tem evoluído, nos últimos anos, é na sua resiliência. O senhor conte com o nosso voto e apoio. Parabéns pelo projeto oportuno para a nossa cidade. Como disse o Ver. Valter Nagelstein, vai nos possibilitar trazer recursos para Porto Alegre, sobretudo, com o Banco Mundial. Eu estive acompanhando também, nessa viagem, no ano passado, estive conversamos com o vice-presidente do Banco Mundial para a área de resiliência, e nós temos grande esperança que esse seu projeto abra portas para que Porto Alegre receba mais recursos. Parabéns, obrigado pelo aparte.

**VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB):** Obrigado, Professor Wambert.

O Plano Nacional de Resiliência começou a nascer em 2013, quando a capital foi selecionada para participar do Programa 100 Cidades Resilientes da Fundação Rockfeller, uma associação não governamental, com atuação mundial criada

em 1913, nos Estados Unidos, para promover o estímulo à saúde pública, ao ensino, à pesquisa e à filantropia.

No Brasil apenas Porto Alegre e o Rio de Janeiro foram selecionadas para participar do Programa 100 Cidades Resilientes da Fundação Rockefeller. Cabe aqui ressaltar a participação importante que teve o Cento de Inteligência Urbana de Porto Alegre nessa construção, representada em especial pela sua presidente, Tânia Pires.

**PRESIDENTE VEREADORA MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Cassio Trogildo prossegue a sua manifestação, a partir deste momento, por cedência de tempo do Ver. Professor Wambert.

**VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB):** O CIUPOA tem como missão criar redes de cooperação entre poder público e instituições privadas e cidadãos para trabalhar a cidade frente às mudanças climáticas, em busca de uma maior resiliência das comunidades. Cito aqui o CIUPOA, dentro de diversas outras entidades que participaram, conjuntamente com a sociedade civil organizada nessa construção. Nesse sentido, esse plano foi constituído com a finalidade de fomentar a capacidade de adaptação de Porto Alegre para enfrentar os problemas e minimizar os seus impactos. Mais do que um conceito, é uma forma de planejamento que apresenta a perspectiva para guiar e organizar a cidade. Conforme o texto, a meta é tornar a capital gaúcha referência em resiliência na América Latina até 2025, atendendo aos seguintes temas e objetivos, resumidamente: I - Mobilidade urbana, II - Regularização fundiária, III - Prevenção a desastres ambientais, IV - Cultura de paz, V - Ecossistema dinâmico e inovador.

Assim, peço aos nobres vereadores que votem pela aprovação do PLL nº 288/15; conforme o disposto na Emenda nº 01, a lei será batizada com o nome do economista, professor, deputado estadual e gestor público Cezar Busatto, falecido no ano passado. É uma homenagem a todo o trabalho de fomento à cultura da resiliência que o Busatto sempre desenvolveu, especialmente, enquanto secretário da Secretaria Municipal de Coordenação Política e Governança Local de Porto Alegre, quando coordenou a formulação desse plano a partir de uma construção coletiva, envolvendo a Prefeitura e diversas entidades da sociedade civil. Inclusive, na última oportunidade em que íamos colocar em votação este projeto, estavam presentes aqui os filhos do falecido Cezar Busatto, o Carlos e o Leonardo Busatto – Leonardo é o nosso secretário hoje da Secretaria da Fazenda de Porto Alegre – e a sua esposa, a Miriam Linera. Eu gostaria também de homenagear aqui, do Escritório da Resiliência de Porto Alegre, na época, a Cláudia Franciosi, a Marcela Ávila e o Rodrigo Corradi, que ajudaram muito nesta construção, mas, em especial, a figura do Cezar Busatto, a quem nós estamos denominando o Plano Municipal de Resiliência, por toda a sua luta, Ver. Luciano Marcantônio, que foi secretário adjunto lá do Cezar Busatto. Toda essa construção humanista que fez o Cezar Busatto na nossa cidade, sendo a primeira pessoa que eu ouvi falar, em Porto Alegre, Ver. Valter, em resiliência. Então, não seria mais justo do que esta lei aqui, que eu rogo que seja aprovada nesta tarde, que leve o seu nome.

Quando do protocolo da lei, Ver. Reginaldo Pujol, o querido Cezar Busatto ainda era vivo, em 2015. Em 2016, eu o recebi ainda como Presidente da Casa, quando acertamos os detalhes do encaminhamento deste projeto. Então, creio que seja muito justa essa homenagem.

Dessa forma, visando a preparar a nossa capital, aumentando a sua capacidade, o seu preparo para os desafios do futuro, fomentando políticas públicas de prevenção, capacitação e fortalecimento da economia da infraestrutura, da resiliência e da sustentabilidade, conto com o apoio dos nobres colegas vereadores, e espero que possamos aprovar, então, o Plano Municipal de Resiliência Cesar Buzatto. Muito obrigado, um grande abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Em votação a Emenda nº 01 ao PLL nº 288/15. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Alex Fraga, o PLL nº 288/15. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 27 votos **SIM.**

Esta presidência faz um requerimento para que seja incluído na ordem de priorização de votação da Ordem do Dia de hoje o Requerimento nº 110/19, e que imediatamente seja votado. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

## **REQUERIMENTO – VOTAÇÃO**

**(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

**REQ. Nº 110/19 – (Proc. nº 0436/19 – Mesa Diretora)** – requer seja o período de Comunicações do dia 23 de setembro destinado a assinalar o transcurso dos 50 anos da Federação Gaúcha de Judô.

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Em votação o Requerimento nº 110/19. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

**VEREADOR PROFESSOR WAMBERT (PROS) (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Professor Wambert. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Nove vereadores presentes. Não há quórum.

Estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 16h23min.)

\* \* \* \* \*